



## Na Mídia

25/05/2023 | [Valor Econômico](#)

### **Se há petróleo, será difícil barrar, dizem analistas**

**Visão é de advogados e consultores com base no que vem acontecendo na Guiana**

Fábio Couto

Considerando os resultados verificados por países vizinhos, como a Guiana, a exploração de petróleo da Foz do Amazonas será difícil de ser barrada caso seja comprovado o potencial de petróleo na região, que integra a Margem Equatorial. Essa é a opinião de especialistas do setor ouvidos pelo Valor.

Para eles, a negativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a concessão da licença ambiental para perfuração de um poço de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas foi técnica, motivada pela necessidade de complementação de estudos. Se tais demandas forem atendidas, a licença virá, segundo advogados especializados em direito ambiental e consultores.

A Petrobras informou na quarta-feira (24) que pretende pedir, ainda nesta semana, que o Ibama reconsidere a decisão, prontificando-se a atender eventuais demandas adicionais do órgão. Em comunicado, a empresa reiterou que atendeu além dos requisitos previstos na legislação e que cumpriu todas as exigências técnicas.

Ao afirmar que atenderá a pedidos extras do Ibama, a Petrobras sinalizou saída negociada e no campo técnico: o posicionamento veio após a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmar que a decisão de negar a licença foi técnica e que a petroleira poderá reapresentar novo estudo. Esse entendimento é compartilhado por advogados.

Apesar da fala de Marina, o tema ganhou conotações políticas nos últimos dias, inclusive com manifestações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O embate político ficou claro nas posições antagônicas entre os ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME).

Nos bastidores, fontes da empresa reiteram o que foi dito no comunicado: a empresa está aberta a apresentar estudos adicionais que sejam solicitados pelo órgão ambiental. Na Petrobras, apurou o Valor, a preocupação não é a realização de mais estudos, mas sobre “mudanças das regras quando o jogo está em andamento”. Segundo especialistas, a preocupação do Ibama é com os eventuais danos que o projeto pode trazer a uma região de alta sensibilidade ambiental.

Uma das principais justificativas do Ibama foi a ausência de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), processo que dá base à elaboração de políticas públicas e apresenta um cenário mais amplo de impactos ambientais. A responsabilidade pela AAAS, que passou a ser exigida a partir de 2012, é dividida entre MMA e MME.

**Fernanda Stefanelo, sócia das áreas ambiental e ESG do Demarest Advogados, avalia que o processo de licenciamento não termina com a negativa da licença. Independentemente da AAAS, a decisão do Ibama pode estar mais relacionada com pontos não abordados ou incompletos dos estudos ambientais. Ela vê espaço para uma saída costurada entre os ministérios sobre o que é necessário: “O MMA e o MME podem se aproximar para uma saída conjunta, para evitar a elaboração de um estudo ambiental moroso e custoso e o projeto não seguir em frente”.**

Para um especialista da indústria de petróleo, caso reservas na Foz sejam comprovadas, o Brasil não vai abrir mão da exploração. Segundo a fonte, o Ibama pode estabelecer compensações ambientais mais rígidas para permitir a operação. Isso levantaria recursos que contribuiriam para a preservação da Amazônia.

“Não há como retroceder”, disse. Ele salientou, porém, que há fatores não contemplados nos estudos que foram iniciados, como a existência de uma zona atípica de corais e a ocorrência de correntes marítimas não identificadas.

Além disso, como observa Vilmar Gonçalves, da área ambiental do Campos Mello Advogados, o licenciamento precisa acompanhar mudanças legislativas para cumprir o objetivo de zelar pela aplicação da lei e proteger o ambiente: “Recomeçar [estudos] da estaca zero não faz sentido, as informações produzidas têm que ser utilizadas ou do contrário seria um atentado à eficiência administrativa.”

Luciana Gil, sócia da área ambiental do Bichara Advogados, destacou que existe uma confusão entre os conceitos de dano e impacto ambiental - sendo que este último pode ser positivo para a região do empreendimento. Na visão dela, o Ibama pode ter negado a licença por insegurança técnica, por causa de aspectos subjetivos em determinados pontos apresentados pelo estudo, cuja decisão ficaria a critério do corpo técnico do órgão.

Há ainda questões políticas não tão evidentes que podem ter influenciado no tema, como a busca do atual governo de marcar uma posição antagônica à da gestão anterior, menos afeita aos temas ambientais. Até mesmo uma “dança das cadeiras” pode ter se refletido na decisão do Ibama. Na semana passada, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, exonerou Regis Fontana Pinto, que atuava interinamente como diretor de licenciamento da autarquia, e nomeou Claudia Jeanne da Silva Barros para o posto.

